

## OBJETO NULO: UMA RESTRIÇÃO TEMÁTICA

Cristina Figueiredo (UFBA)  
macrisfig@uol.com.br

### Introdução

Neste artigo, numa perspectiva da Teoria Gerativa, apresento os aspectos estruturais que licenciam a não realização do objeto direto (OD) que recupera um DP na sentença ou no contexto discursivo, um fenômeno chamado objeto nulo (ON), como se vê no exemplo a seguir, representado pela lacuna.

1. Luiz viu [o ladrão que roubou a loja]<sub>i</sub>, mas disse que não poderia reconhecer \_\_\_\_<sub>i</sub>.

No português, para realizar essa operação, estão ainda disponíveis outras duas estratégias: repetição do mesmo DP e pronominalização (clítico acusativo ou ELE e variações). Neste artigo, de maneira secundária, o uso do pronome ELE<sup>1</sup>, como em (2), é analisado considerando a sua variação com o ON.

2. Luiz viu [o ladrão que roubou a loja]<sub>i</sub>, mas disse que não poderia reconhecer ele<sub>i</sub>.

Na investigação do ON, em dados do português rural do estado da Bahia (PRB)<sup>2</sup>, essa dupla possibilidade me conduziu a empreender uma análise de cunho variacionista a fim de verificar os contextos que licenciam uma e outra estratégia e encontrar pistas para responder, dentre outras, as seguintes perguntas: **(i) a variação ON/ELE ocorre em todos os contextos sintáticos?; (ii) seriam essas duas estratégias o resultado de operações sintáticas semelhantes ou de operações distintas?**

A hipótese que norteia este trabalho é a de que ON seja o resultado de uma elipse estrutural (cf. Cyrino, 1997) e que sua recuperação se dá através da reconstrução em forma lógica (FL); diferentemente do ELE, que se constitui na substituição do DP por um item lexical retirado da numeração e cuja interpretação se dá através do princípio B da teoria de ligação. Embora assumo que o ON seja o resultado de uma elipse do DP, como essa autora, acrescento à proposta que o licenciamento do ON se dá pela identidade sintática e semântica.

A discussão realizada neste trabalho está organizada da seguinte maneira: na Seção 1, discuto a relevância do traço de animacidade na escolha das estratégias de retomada de um DP na posição de OD; na Seção 2, descrevo as possibilidades de uso do ON e do ELE, considerando a posição do antecedente; na Seção 3, apresento as condições que licenciam o ON; e, na Seção 4, descrevo as operações necessárias ao licenciamento do ON.

### 1. O traço de animacidade

O ON no PB tem sido alvo de inúmeras pesquisas tanto na perspectiva variacionista (Omena, 1978; Duarte, 1986; Figueiredo, 2004, entre outros); quanto na perspectiva gerativista (Farrel, 1987, 1990; Galves, 1989; Kato 1993, Cyrino, 1997; Ferreira, 2000, entre outros). Tem se proposto que antecedente com traço [+ani] leva a retomada através do

<sup>1</sup> Utilizo ELE como legenda para todas as variações possíveis que o pronome pessoal de terceira pessoa pode realizar: ele, ela, eles, elas.

<sup>2</sup> Os dados analisados foram coletados do *Corpus Base do Português Rural do Estado da Bahia*, acervo do Projeto vertentes (UFBA), coordenado por Dante Lucchesi.

pronome ELE, e com traço [-ani], através do ON. Esse comportamento explicaria a agramaticalidade observada no exemplo em (3) de Bianchi e Figueiredo Silva (1994).

3. \***O José<sub>i</sub>** sabe que a Maria gostaria de conhecer \_\_\_\_<sub>i</sub>".

Uma evidencia que põe em xeque a responsabilidade do traço de animacidade no licenciamento do ON é o fato de que em sequências agramaticais como em (3), ON e antecedente não compartilha o mesmo papel temático: ON recebe papel de tema e o antecedente de agente, e, em sequências gramaticais, como em (1), ON e antecedente possuem o mesmo papel temático, tema.

A animacidade, considerada o principal fator na escolha das estratégias de retomada de DP na posição de objeto direto, atua da seguinte maneira no PB de acordo com Bianchi e Figueiredo Silva, 1994; Cyrino, 1997; Kato, 1993; entre outros: o traço [-ani] licenciaria não só a realização do ON, mas também a retomada através do pronome; enquanto o traço [+ani] só licenciaria a realização de um pronome nesta posição. Esse comportamento pode ser visto nos exemplos em (4) de Bianchi e Figueiredo Silva (1994, p. 187).

4. a. \***O José<sub>i</sub>** impediu a esposa de [matar \_\_\_\_<sub>i</sub>].<sup>3</sup>  
b. **O José<sub>i</sub>** impediu a esposa de [matar **ele<sub>i</sub>**].

Diferentemente da explicação dada por Huang (1984) e Authier (1989)<sup>4</sup> para a agramaticalidade de sentenças como em (4a), Bianchi e Figueiredo Silva (1994) apontam ser a correferência do ON a um antecedente com traço [+animado] o fator responsável por essa leitura. Se isso for verdadeiro, por que essa restrição só é categórica em estruturas semelhantes àsquelas em (4a), em que o ON se encontra numa sentença encaixada e a correferência proposta é com o sujeito (SU) básico da sentença matriz?<sup>5</sup>

Porém, os resultados encontrados nesta pesquisa demonstram que o ON varia com um pronome na posição de OD para retomar um DP seja com traço [+ani] seja com traço [-ani], como se pode ver nos exemplos a seguir do PRB.

5. a. eu gosto daquele home e respeito \_\_\_\_<sub>i</sub>, e [vô respeitá **ele<sub>i</sub>**] até o fim. (SAS-06)  
b. ele robô uma moto, aí acho que o... policial veio buscá **ele<sub>i</sub>** e [prendeu \_\_\_\_<sub>i</sub>]. (SP-01)
6. a. (Sobre o fumo) [corta \_\_\_\_<sub>i</sub>] e [bota \_\_\_\_<sub>i</sub>] pá prensá. (SAR-07)  
b. É um remédio caro, **ele<sub>i</sub>**<sup>6</sup> custa trezen'tantos reais aqui, mas a gente [tem de usá **ele<sub>i</sub>**], é o que 'limina, tem de usá \_\_\_\_<sub>i</sub>.(SAR-05)

Como se vê nos exemplos em (5) e em (6), o traço de animacidade não atua de maneira restritiva: ON e ELE ocorrem tanto com antecedente com traço [+animado], como em (5); bem como com traço [-animado] como em (6).

<sup>3</sup> Porém, se a correferência do ON se der com algum elemento discursivo, a sentença é gramatical. Huang (1984) já registra essa possibilidade.

<sup>4</sup> Esses autores atribuem a agramaticalidade dessas sequências a fatores sintáticos. Para Huang (1984), quando o ON toma como referência um elemento discurso, a sequência torna-se gramatical. Esses fatos, entre outros, fazem-no propor que o ON é variável resultado do movimento do DP para uma posição A'.

<sup>5</sup> Ferreira (2004:63) apresenta também os seguintes exemplos:

a. **Esse livro<sub>i</sub>**, decepcionou as pessoas que tentaram [ler \_\_\_\_<sub>i</sub>].

b. \***Esse ator<sub>i</sub>**, decepcionou as pessoas que tentaram [cumprimentar \_\_\_\_<sub>i</sub>].

<sup>6</sup> Embora esteja na posição se sujeito, esse DP é gerado com argumento interno.

A fim de investigar o que realmente restringe o uso do ON nessas sentenças, é interessante observar as semelhanças e diferenças sintático-semânticas entre as sentenças em (4) de um lado e as em (5) e em (6) de outro.

- I. *Quanto à posição da lacuna*: em (4a), a lacuna se encontra em uma sentença encaixada; em (5), em contexto de coordenação; e, em (6), a lacuna ocorre em contextos distintos: em (6a), ocorre numa sentença matriz em relação a seu antecedente numa sentença adjunto; em (6b), numa sentença coordenada.
- II. *Quanto à posição do antecedente*: a correferência do ON verificada na sentença em (4a) se dá com o DP na posição de SU da sentença matriz; enquanto, em (5), se dá com o DP na posição de OD da sentença coordenada, em (6a), com o DP na posição de OD da sentença adjunto que antecede a matriz e, em (6b), se dá com o sujeito da sentença coordenada;
- III. *Quanto ao papel temático do ON e do antecedente*: em (4a), o ON compartilha com o antecedente o papel temático de tema, em (4a), o ON é tema e o antecedente agente e, em (5) e em (6), ON e antecedente compartilham o mesmo papel temático, tema, da mesma forma que em (3a).
- IV. *Quanto à possibilidade de variação entre as duas estratégias*: a sentença em (4a), diferentemente das demais sentenças comparadas, não permitem variação entre o ON e o ELE. Para que essas sentenças sejam boas, mantendo os mesmos índices de correferência, apenas a realização do ELE é possível, como em (4b).

Como se pode verificar, parece ser relevante para o entendimento do ON o aspecto percebido em (IV), a variação ON/ELE ocorre apenas nas sentenças em que o antecedente e a estratégia de retomada compartilham o mesmo papel temático, tema/paciente, caso contrário a retomada deve se dar realizada através de uma estratégia realizada. Esse comportamento parece revelar que a identidade de papel temático é mais relevante que o traço de animacidade do antecedente. No dialeto investigado, os resultados da análise quantitativa dos dados (Figueiredo, 2009)<sup>7</sup> demonstraram que o traço de animacidade não inibe a realização de uma ou de outra estratégia, interfere apenas na frequência de uso, porém, em todas as ocorrências, o papel temático parece ser determinante. Na seção seguinte, exploro essa evidência relacionando-a à posição exercida pelo antecedente na estrutura.

## 2. A Posição do Antecedente do ON<sup>8</sup>

A análise quantitativa dos dados apontou a posição exercida pelo antecedente o fator mais relevante tanto no licenciamento do ON quanto no da estratégia pronominal (ELE). No *corpus*, foram selecionadas ocorrências dessas duas estratégias com antecedente nas seguintes funções sintáticas.

*Sujeito básico*. Este tipo de sujeito é selecionado como argumento externo do verbo em *spec* de vP. O DP nesta posição recebe o papel de agente, portanto [+ani]<sup>9</sup>.

7. Aí, **ela**<sub>i</sub> num queria **PRO**<sub>i</sub> explicá, [entregaro **ela**<sub>i</sub>] na secretaria. (SP-01)

<sup>7</sup> Verificou-se que os falantes do PRB optam pelo ON, seja para retomar um DP com traço [+animado], com 79% das ocorrências<sup>7</sup>; seja com traço [-animado], com 94% das ocorrências. A opção pelo ELE não é categórica quando o antecedente é [+animado], apenas é favorecida, com 70% das ocorrências.

<sup>8</sup> Raposo (2004) levantou a hipótese de que *o antecedente de um objecto nulo não poder ser um sujeito em [spec de TP]*, mas, em seguida, afirma que sua generalização possui apenas caráter descritivo sem qualquer valor explicativo.

<sup>9</sup> DPs com papel causativo e experienciador também podem ser gerados nesta posição.

*Sujeito derivado (verbo inacusativo).* O DP, nesta situação, é gerado interno a VP, onde checa seu papel temático e, devido à impossibilidade de o verbo lhe atribuir caso acusativo, é copiado para a posição de *spec* de IP, checando caso nominativo.

8. a. **O caixão<sub>i</sub>** vai em cima do carro, e lá [**bota** \_\_\_\_<sub>i</sub>] na cova.

*Objeto direto.* DPs gerados em posição interna ao verbo. Recebem caso acusativo e papel temático tema ou paciente.

9. catei [<sub>DP</sub> a fava], levei [<sub>DPI</sub> \_\_\_\_] pra casa. (SP-05)

*Objeto indireto.* DPs introduzidos por preposição que lhes atribui caso dativo. Segundo Berlink (2000), os complementos dativos possuem traço [+humano] ou [+abstrato].

10. Que eu disse a **ele<sub>i</sub>** que [**ia botá ele<sub>i</sub>**] na justiça. (SAR-04)

*Oblíquo* – Argumento de preposição, gerado em posição interna ao verbo.

11. eu gosto **daquele home<sub>i</sub>** e [respeito \_\_\_\_<sub>i</sub>], e vô respeitá ele até o fim. (SAS-06)

*Adjunto adnominal/complemento nominal* – DPs preposicionados selecionados por substantivo, adjetivo e advérbio.

12. Ele disse que ia vingá a morte **do irmão<sub>i</sub>**, que ele ia dá pa bandido pa podê acabá com as poliças que [**tinham matado ele<sub>i</sub>**]. (SAS-06)

*Adjunto adverbial* – DPs preposicionados, adjungidos a VP.

13. Não, na hora que a gente fô, eu vô inté ali **mais ela**, tem vez que eu [**levo ela**] inté ali onde eu desço. (SAS-07)

A quantificação dos dados segundo a posição do antecedente revela que a variação entre as duas estratégias não está disponível a todos os contextos: há posições em que o uso do ELE é categórico (sujeito básico, objeto indireto, adjunto adverbial e complemento nominal) e outras em que a variação é licenciada, como pode se ver no Quadro 1.

Como mostram os números do Quadro 1, a seguir, no *corpus*, DPs gerados em posição argumental interna ao verbo (OD, OBL, SU de verbo inacusativo) apresentam um percentual bastante alto de licenciamento de ON (94%, 76%, 87%). Inversamente, DPs gerados em posição de argumento externo não licenciam a realização do ON. Em todas as 55 sentenças em que ocorre retomada de um DP na posição de sujeito básico<sup>10</sup>, essa operação é realizada através do ELE. Observa-se também que DPs na posição de objeto indireto não licenciam a ocorrência de ON. Curiosamente, tanto o sujeito básico quanto o OI são representados por DPs com traço [+ani]. Esse comportamento parece sugerir o enfraquecimento do traço de animacidade no licenciamento das estratégias de retomada em posição de OD<sup>11</sup>. Observando as outras duas posições em que não houve retomada por ON,

<sup>10</sup> Quando digo que o antecedente se encontra na posição de sujeito, refiro-me a um contexto em que o Princípio A não pode ser aplicado.

<sup>11</sup> Como explicar a agramaticalidade no exemplo em (3)? Assumo que, em sentenças como essa, o que está em jogo não é a mesma operação sintática observada nas construções de ON. Ver mais argumentos em Figueiredo (2009).

verifica-se que ambas, adjunto adnominal e complemento nominal, são posições mais encaixadas que a posição dos DPs em posição argumental, sugerindo que posições mais encaixadas não licenciam ON. Quanto aos DPs na posição de adjunto adverbial, esses estão em posição de adjunção, portanto, distanciada do verbo.

Função sintática do antecedente		ON		ELE		TOTAL
		Ocorr	%	Ocorr	%	
Argumentos e adjuntos do verbo	Sujeito (agente)	-	-	55	100	55
	Objeto direto (tema/paciente)	876	94	52	6	928
	Sujeito derivado (tema/paciente)	91	<b>76</b>	29	24	120
	Objeto indireto alvo/beneficiário)	-	-	6	100	6
	Oblíquo(tema/paciente)	20	<b>87</b>	3	13	23
	Adjunto adverbial	-	-	3	100	3
Argumentos e adjuntos do nome	Complemento nominal	-	-	4	100	4
	Suj verbo copulativo	34	62	21	38	55
	Predicativo	-	-	-	-	-
	Genitivo	-	-	2	100	2
	Tópico discursivo	66	91	6	9	72

Quadro 1– Distribuição das estratégias de acordo com a posição do antecedente

A distribuição do ELE e do ON nas comunidades analisadas me levou a assumir, como Cyrino (1997), para o PRB, que o ON é o resultado de elipse de DP, porém licenciada não só pela identidade estrutural e lexical, como proposto pela autora, mas também sintático-semântica.

Giannakidou e Merchant (1997), num estudo sobre o grego, consideram também o ON como resultado de elipse, porém é uma ocorrência de elipse de NP, por apresentar leitura disjunta em contextos de coordenação, como no exemplo dos autores a seguir.

14. I Theodora mazepse deka fraules kai o Andreas poulise \_\_\_\_.  
 ‘Theodora colheu dez morangos e Andreas vendeu \_\_\_\_.’

Segundo os autores, a leitura é disjunta, pois, na sentença em (14) os *morangos* colhidos por *Theodora* não são os mesmos vendidos por *Andreas*. Somente a realização de um clítico permitiria interpretar que os mesmos morangos teriam sido colhidos e vendidos, uma interpretação definida. As diferentes leituras provocadas pelo ON e pelo clítico levaram os autores a afirmarem que o ON é uma elipse de um NP. Para eles, é o tipo de determinante (forte ou fraco) o fator relevante para o licenciamento do ON.

McShane (1999) também considera o ON é o resultado de uma operação de elipse. A autora, que estuda o ON no russo, no polonês e no tcheco, propõe que a possibilidade de ON nessas línguas está relacionada inversamente à riqueza do sistema de clíticos: quanto mais rico o sistema de clíticos, menor a possibilidade de ON.

Resumindo, proponho que, além da identidade estrutural e lexical, o licenciamento do ON requer identidade temática e, conseqüentemente identidade da sintática – antecedente e ON devem compartilhar a mesma posição em que os DPs foram gerados – assumindo a Hierarquia proposta por Baker (1988). Na seção seguinte, apresento minha proposta de análise para o ON.

### 3. O Papel Temático no Licenciamento do ON

Para argumentar em favor de uma restrição sintático-temática que envolve o licenciamento do ON, é necessário descartar os contextos em que a variação entre as estratégias de retomada é possível.

Da investigação realizada no *corpus* do PRB, podem-se fixar quatro tipos de situação em que ocorre retomada na posição de OD, considerando apenas duas das posições que abrigam o antecedente, a de objeto direto e a de sujeito.

	Animacidade		Posição		Papel temático		Estratégias	
	[+anim]	[-anim]	SU	OD	Agente	Tema	ON	Pronome
Tipo I	X			X		X	X	X
Tipo II		X		X		X	X	X
Tipo III	X		X		X			X
Tipo IV	X	X	X			X	X	X

Quadro 2- Relações de correferência

Nos tipos I e II, a animacidade parece não interferir na escolha das estratégias de retomada, visto que a variação é possível. Formam, portanto, um único tipo.

Entre os tipos III e IV, apesar de compartilharem a posição do antecedente, há bastante diferença. Eles diferem quanto ao traço de animacidade, ao compartilhamento de papel temático e, o mais relevante, quanto ao licenciamento das estratégias.

Observando apenas o tipo IV, pode-se verificar que ele compartilha mais características com o tipo II do que com o tipo III, apesar de o antecedente em IV estar na posição de sujeito e, em II, na posição de objeto direto, mas, em ambos os tipos, o papel temático é idêntico, tema.

No tipo III, em que a correferência do ON com o sujeito não gera uma sequência lícita, como em (4a), há uma peculiaridade em relação aos demais, o papel temático do antecedente é de agente. Esse é o tipo de construção que, com certeza, deu pistas para o entendimento do licenciamento do ON. Para verificar a relevância do papel temático no licenciamento do ON, retomo em (16) as sentenças apresentadas em (4a) e em (8a).

15. a. \***O José<sub>i</sub>**, impediu a esposa de PRO [matar \_\_\_<sub>i</sub>]. (B&FS, 1994)  
 b. **O caixão<sub>i</sub>**, vai em cima do carro, e lá [**bota** \_\_\_<sub>i</sub>] na cova. (SAR-07)

Nos dois exemplos em (15), os índices demonstram a correferência entre o ON e o DP na posição de sujeito, porém apenas em (15a), a sequência é agramatical<sup>12</sup>. Defendo que esse contraste pode ser devido ao não compartilhamento dos papéis temáticos e que a lacuna observada é o resultado da operação que licencia o ON, no caso **elipse de DP**.

Embora, nas duas sentenças, os DPs na posição de sujeito se comportem como tal, mantendo relação de concordância com o verbo, não se pode afirmar que ambos tenham sido

<sup>12</sup> Galves (1986 [2001]), já apontava para o contraste de gramaticalidade provocado pela realização substituição do pronome ELE pelo ON, quando se retoma um DP na posição de sujeito, como se vê (i), embora esteja discutindo a questão do uso do ELE como reflexivo.

i. Maria<sub>i</sub> fez a lista de convidados, mas \_\_\_<sub>i</sub> esqueceu de \_\_\_<sub>i</sub> incluir ela<sub>i</sub>.

ii. \*Maria<sub>i</sub> fez a lista de convidados, mas \_\_\_<sub>i</sub> esqueceu de \_\_\_<sub>i</sub> [incluir \_\_\_<sub>i</sub>]. (Galves, 2001: 63-4)

A sentença em (ii) é gramatical se o referente para o ON for diferente do DP Maria.

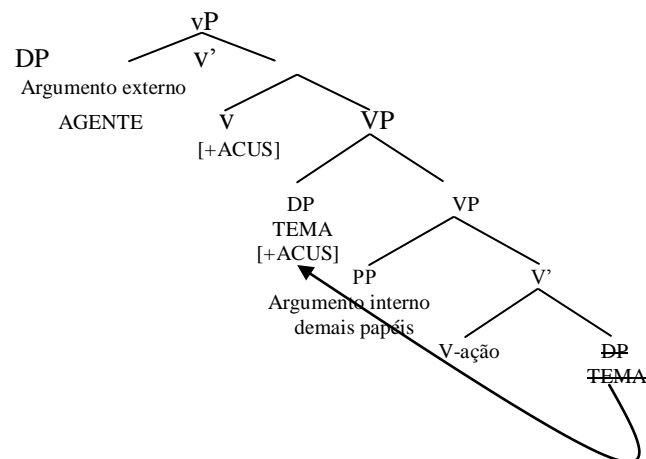
gerados na mesma posição. Um argumento para essa análise é fornecido por Baker (1988:45) quando propõe a seguinte hierarquia temática<sup>13</sup>.

16. Hipótese de uniformidade de atribuição de papel temático<sup>14</sup>

Relações temáticas idênticas entre os itens são representadas por relações estruturais idênticas entre eles no nível de estrutura D.

Segundo essa hierarquia, no processo de derivação das sentenças, itens com o mesmo papel temático devem ser conectados na mesma posição, por exemplo, um DP com papel de agente deve sempre ser conectado em *spec* de vP, e assumo que o papel de tema deve ser gerado sempre internamente a VP, na posição de complemento de V. Quando o verbo seleciona um segundo argumento interno, proponho que ele seja conectado sempre na posição de *spec* de VP, conforme a representação em (17), embora seja comumente proposto que PPs sejam conectados, preferencialmente, na posição de complemento de V, ocasionando uma alternância da posição em que são gerados os DPs com papel de tema, ora eles são gerados na posição de complemento de V, ora em *spec* de VP a depender da subcategorização do verbo. Assumo, no entanto, considerando a UTAH, que DPs com o mesmo papel temático são sempre conectados numa determinada posição. Isso exige que alguma operação seja realizada para que o DP na posição de complemento do verbo tenha seu caso checado e que a ordem SU-V-DP-PP seja derivada. Assumo que o DP<sub>tema</sub><sup>15</sup> seja copiado para uma posição adjunta a VP a fim ter caso acusativo checado pelo núcleo de vP, como propõe a teoria. Esse movimento se justifica pelo fato de o núcleo de vezinho ter que descarregar traço caso acusativo. Sendo assim, o DP<sub>tema</sub> passa a ocupar uma posição mais alta do que aquela que contém o PP, onde tem seu caso checado e a ordem desejável é derivada, como em (17).

17.



A checagem de caso nominativo é satisfeita em IP e, para isso, é realizada uma operação da cópia do DP para o *spec* dessa categoria, uma posição mais alta do que aquela que abriga o DP<sub>tema</sub>. Para essa posição, podem ser copiados DPs gerados em vP, DP<sub>agente</sub>, ou gerados em VP, DP<sub>tema</sub>. Quando o SU da sentença é um DP<sub>agente</sub>, é gerado de *spec* de vP; portanto, tem-se um sujeito básico, como em (18). Quando o DP é copiado da posição de complemento do verbo, diz-se que o sujeito é derivado e, como ele carrega o papel temático atribuído na posição em que foi conectado, é possível ser correferente a um ON, como em

<sup>13</sup> Outras hierarquias foram propostas a partir desta em que se incluem DPs causativos e experienciadores. Ver Larson (1988) e Baker (1997).

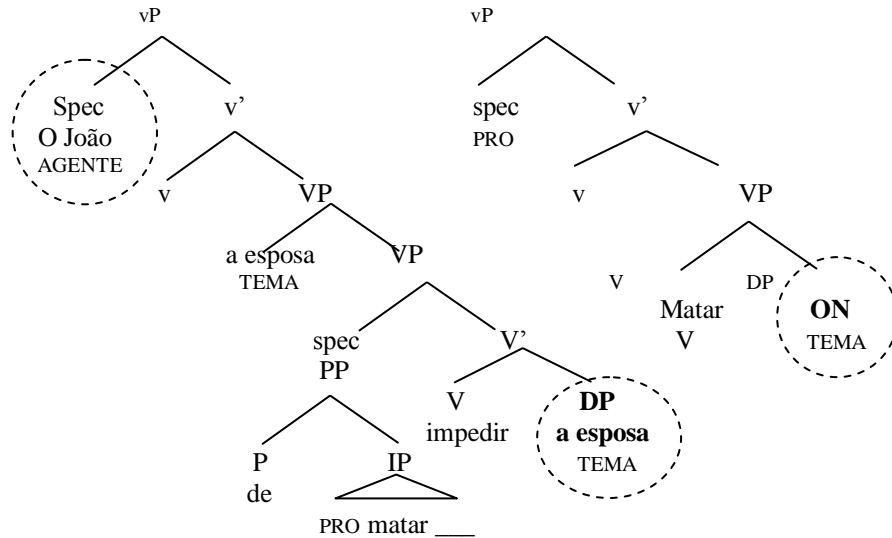
<sup>14</sup> Tradução minha.

<sup>15</sup> Refiro-me a tema/paciente.

(19), mas não em (18) em que os DPs possuem papéis temáticos distintos, impossibilitando a ocorrência de ON<sup>16</sup>, como se pode verificar na representação a seguir.

18. a. \***O José<sub>i</sub>** impediu a esposa de PRO [matar \_\_\_i].

b.

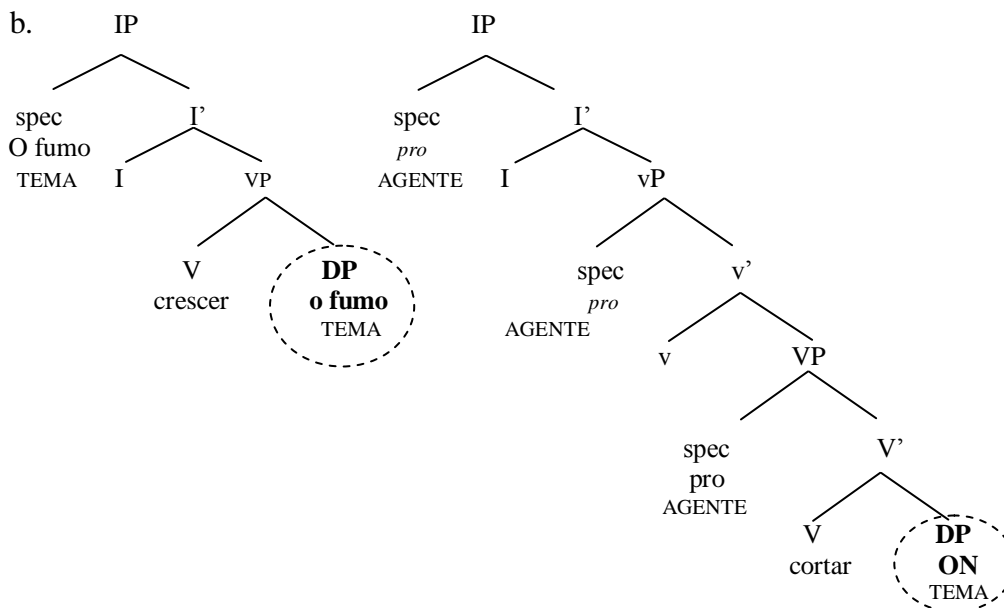


Na representação em (18b), é possível verificar que o ON e seu antecedente são conectados em posições diferentes, o que justifica terem papéis temáticos distintos e a sequência ser agramatical. O DP<sub>agente</sub> *O João* é conectado na sentença matriz em *spec* de vP; enquanto o ON, cujo papel é de tema, é conectado na posição de complemento em VP.

Quando ON e antecedente compartilham o mesmo papel temático, a posição em que são gerados também coincide e a sentença é derivada, como se vê em (19).

19. a. quando **o fumo<sub>i</sub>** cresce, [corta \_\_\_i]<sup>17</sup>

b.



<sup>16</sup> Cf. Galves 1989.

<sup>17</sup> Optei por representar apenas a sentença que contém o primeiro ON, pois é suficiente para demonstrar a diferença entre as duas sentenças.



Na representação em (19b), verifica-se que o ON e seu antecedente são conectados em posições idênticas, o que justifica terem o mesmo papel temático. O DP<sub>tema</sub> *o fumo* é conectado na sentença matriz na posição de complemento em VP da mesma forma que o ON<sup>18</sup>.

O que proponho a partir da análise das representações em (18b) e em (19b) é que o contraste de gramaticalidade percebido entre as sentenças em (18a) e em (19a) é devido, sobretudo à posição em que o ON e o seu antecedente são conectados. Quando há identidade como em (19b), a derivação converge; ao contrário, quando ON e antecedente são conectados em posições distintas, como em (18b), a sentença não converge. Este comportamento, considerando a UTAH, é refletido no papel temático que possuem o ON e o antecedente. Como o ON sempre possui o papel de tema, a única posição que deve ser considerada é aquela que checa tal papel, a de complemento em VP.

Após a identificação das operações sintáticas aplicadas na derivação, desfaz-se a impressão de que o contraste de gramaticalidade percebido entre as sentenças em (18) e em (19) seja devido ao traço de animacidade do antecedente. Considerando a UTAH e a hierarquia em (16), para que um DP seja gerado na posição de argumento externo, ele deve possuir papel de agente, experienciador e causativo. Dentre essas três possibilidades, as duas primeiras exigem essencialmente que o traço do DP seja [+ani], enquanto a terceira não faz qualquer restrição a esse traço, pois DPs com esse papel temático não exigem a volição necessária ao agente, nem a sensibilidade do experienciador. A função DP<sub>scaus</sub> é desencadear um evento; portanto, esses DPs podem possuir os traços [ $\pm$ ani].

A posição em que os DP<sub>tema</sub> são conectados também não restringe o traço de animacidade do DP, o que permite a correferência do ON a um DP<sub>tema</sub> com traço [+animado], formando uma cadeia com apenas um papel temático<sup>19</sup>, como em (21).

20. **a menina<sub>i</sub>** vai pá lá de manhã, sete e meia, quando dá quato e meia da tarde, a mãe [vai busca \_\_\_\_<sub>i</sub>]. (SAS-03)

Em (20), antecedente e ON compartilham o mesmo papel temático, têm, portanto, a mesma posição original. Assumo, então, que o licenciamento do ON não sofre interferência do traço de animacidade, na verdade, está condicionado à identidade temática e estrutural entre o ON e o DP retomado. O condicionamento temático pode ser assim descrito:

21. ON e antecedente devem compartilhar o mesmo papel temático e ser gerados em posição idêntica, a de complemento em VP.

Essa proposta explica a impossibilidade de correferência entre o ON de uma sentença encaixada ao SU básico de uma sentença matriz, como em (18).

Na seção seguinte, descrevo as operações necessárias à interpretação do ON.

#### 4. O Licenciamento do ON

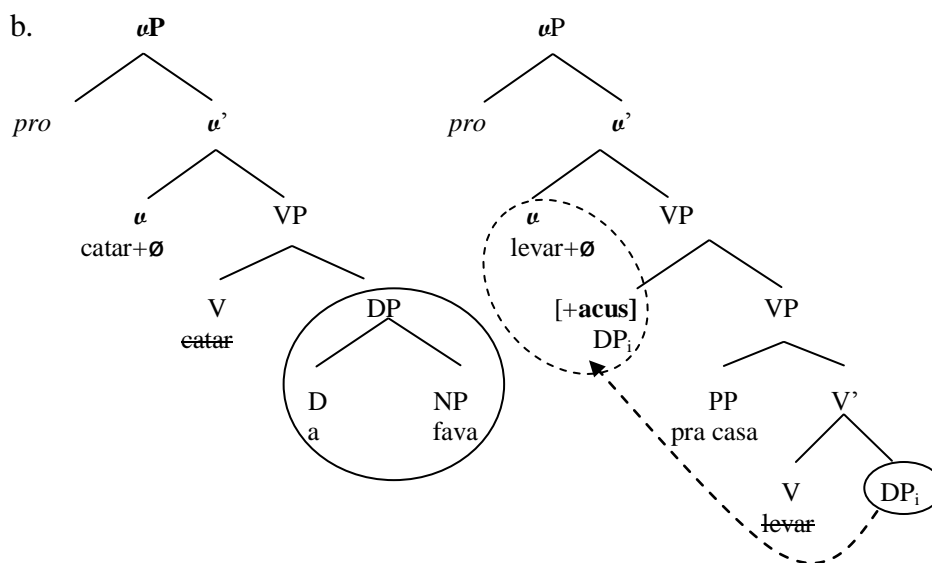
Na numeração de sentenças em que ocorre ON, há dois DPs que, na forma lógica, deverão compartilhar os mesmos traços lexicais. Esses DPs, porém, são representados de maneira distinta. O primeiro, que serve de antecedente, será representado por DP, e o DP elidido deverá carregar um índice indicando que sua interpretação se dará por identidade de

<sup>18</sup> Como apresentado na seção 1.4.1, a possibilidade de o ON correferir ao sujeito de um verbo inacusativo é atestado também em russo por McShane (1999).

<sup>19</sup> Cf. Galves, 1989. Embora a autora, em sua análise, tenha feito referência à identidade do papel temático no licenciamento do ON, não faz referência à posição em que ON e antecedente são gerados.

traços lexicais, temáticos e estruturais com o antecedente. Assumo que esse DP deve conter um índice, ao qual denomino índice de identidade (i), permitindo que o DP seja reconstruído em forma lógica (cf. Fiengo & May, 1994). O DP contendo tal índice deverá compartilhar com um antecedente gerado em como complemento de V identidade lexical, estrutural e temática. Na representação da sentença, o DP<sub>i</sub> terá apenas a projeção máxima<sup>20</sup>, a de complemento do verbo, a fim de resguardar o uso do transitivo do verbo. O estabelecimento de uma projeção para o DP elidido garante que em FL nenhuma projeção seja inserida para garantir a sua identificação<sup>21</sup>, satisfazendo ao princípio de inclusão (cf. Chomsky, 2001), principalmente nos contextos em que o DP antecedente esteja em outra sentença. Como se vê na representação em (22b), os dois DPs são projetados, porém apenas o antecedente possui estrutura interna.

22. a. [catei a fava<sub>i</sub>], [levei \_\_\_\_<sub>i</sub> pra casa]



Na representação em (23b), O DP pronunciado tem a sua estrutura interna projetada, enquanto o DP<sub>i</sub> é apenas uma projeção máxima, que não possui qualquer tipo de traço, apenas o índice de identidade, daí não ser pronunciado. Pode-se definir esse índice de identidade da seguinte maneira:

Assumo, diferentemente de Cyrino (1997)<sup>22</sup>, que é o núcleo de  $\alpha P$  que licencia o ON e permite a reconstrução DP, considerando que este núcleo tem um caso a ser checado, o acusativo, e que somente o DP conectado como argumento interno poderia satisfazer esse requerimento; a ausência de um DP pronunciado licenciaria então o ON.

Na seção 2, assumi que o DP<sub>tema</sub> é sempre gerado na posição de complemento em VP, mesmo quando o verbo seleciona dois argumentos e, para que seu caso seja checado, é copiado, quando necessário, para uma posição adjunta a VP, como demonstrado em (22b)<sup>23</sup>.

Como se vê em (22b), o DP elíptico é copiado para uma posição mais alta em VP, estabelecendo uma relação mais local entre ele e o núcleo de  $\alpha P$ , o que possibilita que 'u' descarregue o caso a ser checado<sup>24</sup>.

<sup>20</sup> Assumo Lobeck (1999) que propõe que o VP elíptico é uma projeção máxima e mínima.

<sup>21</sup> Em modelo anterior ao Minimalismo, Cyrino (1997) propunha que projeções poderiam ser inseridas no curso da derivação: *a estrutura da elipse só vai ser projetada no ponto da derivação em que essa identidade é satisfeita* (Cyrino, 1997:108).

<sup>22</sup> A autora propõe que o ON do PB é licenciado pelo núcleo funcional I (inflection), ou melhor, pelo V em I.

Essa categoria licenciaria não só a elipse de OD, mas também a de OI e a de VP.

<sup>23</sup> Esta representação contém apenas operações realizadas na derivação do ON.

## Conclusão

A análise quantitativa dos dados do PRB demonstrou que a variação ON/ELE está condicionada à posição ocupada pelo antecedente, embora trabalhos realizados anteriormente apontem que o fator mais relevante seja o traço de animacidade do antecedente, como exposto na Seção I deste trabalho. Verificou-se, no conjunto de dados investigados, que não é possível retomar através de ON um DP que esteja na posição de SU básico, de OI, ADV e em posições em posições mais encaixadas como complemento nominal e adjunto adnominal. São, portanto, esses contextos categóricos de uso da estratégia pronominal (ELE). O licenciamento do ON só se dá ao retomar um DP em posição de argumento interno do verbo, complemento em VP. Este comportamento levou-me a assumir que ON é o resultado de elipse de DP e que a sua interpretação se dá através de reconstrução em forma lógica sob condições de identidade sintático-semânticas com o antecedente. Assumi que um DP elidido deve conter na numeração um índice de identidade ( $DP_i$ ) e que não possui estrutura interna, diferentemente do DP antecedente. Por fim, a escolha ON/ELE constitui-se uma variação entre estruturas: elipse e pronominalização.

## Referências bibliográficas

- AUTHIER, J-M. Arbitrary null objects and unselective binding. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (Org.) *The null subject parameter*. Dordrecht: Springer, 1989. p. 45-68.
- BAKER, M. C. *Thematic roles and syntactic structure elements of grammar*. HAEGMAN, L. (Org.). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- BERLINCK, R. A. A expressão do complemento dativo anafórico no português brasileiro: o papel de um fator discursivo. *Estudos Lingüísticos*, v. 29, 2000. p. 357-362.
- BIANCHI, V. E; FIGUEIREDO SILVA, M. C. On some properties of agreement-object in italian and brazilian portuguese. In: MAZZOLA, M. *Issues and theory in romance languages XXIII*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CYRINO, S. M. L. A categoria "INFL" no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos XXVIII*, 1999, p. 449-454.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.
- DIMITRIADIS, A. Clitics and object drop in Modern Greek. In: *Proceedings of SCIL 6*. MITWPL, 2004.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.
- FIGUEIREDO, C.. *O objeto nulo no português rural baiano*. Teoria temática e elipse de DP. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2009.
- GALVES, C. O objeto nulo e as estruturas da sentença em português brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas: UNICAMP. 2001. p. 73-92.

---

<sup>24</sup> Outras alternativas podem ser apontadas para “liberar” essa atribuição de caso: (i) dentro de uma visão de checagem, pode haver movimento (em LF) para Spec de vP; (ii) dentro de uma visão de Agree, o v-zinho pode sondar o VP e fazer a concordância de traços-phi e atribuição de acusativo *in situ* mesmo. Em qualquer situação, o PP em Spec de VP não atrapalharia porque o PP e o DP estariam equidistantes, por estarem ambos sob o VP. Além disso, o DP oblíquo ainda está mais “longe” que o DP tema, pois além do VP, está dentro de um PP.

GIANNAKIDOU, A; MERCHANT, J. On the interpretation of null indefinite objects in greek. In: *Studies in Greek Linguistics* 17. Tessaloniki: Aristotle University, 1997. p. 141-155.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K.; *Understanding minimalism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

HUANG, C.T. J. On the determination and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, v. 15: 1984. p. 531-574.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. In: *Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (APL 2001). Lisboa, 2001. p. 673-685.

KATO, M. A. The distribution of null and pronominal objects in brazilian portuguese. In: *Linguistic perspectives on the romance languages: selected papers from the XXI linguistic symposium on romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1993, v. p. 225-235.

LARSON, M. The semantics of object drop in baule. In: NISSIM, M. (Org.). *proceedings of the seventh ESSLLI student session, 2002*.

LOBECK, A. VP ellipsis and the minimalist program: some speculations and proposals. In: LAPIN, S.; BENAMOUN, E. *Fragments: studies in ellipsis and gapping*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 7-28.

MCSHANE, M. J. The ellipsis of accusative direct objects in russian, polish and czech. In: *Journal of Slavic linguistics* 7(1). Philadelphia: 1999. p.45-88.

RAPOSO, E. On the null object in european portuguese. In: JAEGGLI, O; SILVA-CORVALAN, C. *Studies in romance linguistics*. Dordrecht-Holland/Riverton: Foris publications, 1986.